



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

A.Aspectos Gerais do Estado

O Estado de Rondônia está localizado na Região Norte do Brasil. Possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.590,547km². Sua capital é Porto Velho, situada às margens do Rio Madeira. Limita-se ao Norte com o Estado do Amazonas; a oeste com o Estado do Acre e a República da Bolívia; ao sul com a República da Bolívia; e a leste com o Estado do Mato Grosso. Além da capital, Porto Velho, as principais cidades são Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena.

Em 1950, Rondônia contava com uma população total de 36.935 habitantes. Devido ao forte fluxo migratório ocorrido até o ano 2000, Rondônia atingiu, no ano de 2010, uma população de 1.562.409 habitantes, o que significou um incremento de 4.203% entre 1950 e 2010, cinco vezes superior à da Região Norte e onze vezes superior à do Brasil. A partir do censo de 1991 o crescimento populacional de Rondônia começou a se estabilizar, na mesma proporção do resto do país, já que enquanto a taxa média geométrica de crescimento anual da população no Brasil ficou em torno de 1,17% e do Norte em 2,09%, entre 1991 e 2010, este índice para o Estado de Rondônia foi de 1,25%. A partir de 2011 houve uma retomada da dinâmica de crescimento populacional, com uma estimativa de crescimento médio anual à taxa de 2,3%, atingindo-se uma população estimada de 1.787.279 habitantes em 2016 (Fonte: IBGE/Censo Demográfico e Estimativa Populacional).

A densidade demográfica de Rondônia (6,58) é superior à média da Região Norte (4,12) e ambas são bem inferiores à densidade demográfica do território nacional (22,43), para o ano 2010 (Fonte: IBGE/Censo Demográfico).

Conforme registrado na Tabela 1 do Anexo Técnico, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Rondônia no período 2014 foi de R\$ 34,031 bilhões e representou, em termos reais, crescimento de 3,7% no período de 2010 - 2014. O PIB de Rondônia em 2014 representou 0,6% do PIB do Brasil, ocupando a 23ª posição no ranking nacional. Na Região Norte, o valor representa 11,0% do PIB da região, ocupando a 3ª posição, ficando atrás apenas do Pará, com 40,4%, e do Amazonas, com 28,1%.

O PIB per capita registrou crescimento de 8,1% em relação ao ano anterior, atingindo o montante de R\$ 19.463, ou 68,3% do PIB per capita do Brasil, ocupando a 14ª posição no ranking nacional.

Na Tabela 2 do Anexo Técnico é apresentado o Valor Adicionado Bruto por Atividade Econômica de Rondônia, no período de 2012 a 2014, indicando a composição e evolução da matriz econômica do Estado.

Sob a ótica da produção, o segmento com melhor desenvolvimento em 2014, foi a agropecuária, que respondeu por 12,7% do total do valor adicionado bruto do estado em 2014 e aumentou 16,2% em termos reais, em relação a 2013. Os principais produtos que contribuíram para o incremento do PIB entre 2013 e 2014, em volume, foram o cultivo de café (13,7%) e da soja (8,4%) e a criação de bovinos (2,9%).

O setor industrial teve um crescimento em volume de 2,0% nesse período, especialmente pelo incremento da produção e distribuição de eletricidade (12,3%), refletindo a entrada em operação de mais 15 turbinas da Hidrelétrica de Santo Antônio no ano de 2014, ajudando a compensar a desaceleração das indústrias extrativas e de transformação, que recuaram -20,7% e -11,5%, respectivamente. Já o setor de construção, que participa com 10,1% do valor adicionado bruto total, registrou crescimento de 10,6% em 2014 em relação ao ano anterior.

Em relação aos serviços, que respondem por quase 70% da economia estadual, houve um aumento de 10,7% no valor adicionado de 2013 para 2014. O resultado foi fortemente influenciado pelo comércio e atividades imobiliárias, que cresceram 8,5% e 29,8%, respectivamente. Contribuíram também positivamente: informação e comunicação (92,6%), atividade financeira (25,5%), educação e saúde privadas (47,8%), atividades imobiliárias (2,4%) e artes, cultura, esporte e recreação (31,5%). As atividades de transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação e serviços domésticos apresentaram variações negativas de -13,5%, -13,3% e -12,4%, respectivamente.

B.Situação Fiscal do Estado

B.1 Equilíbrio Fiscal

Com relação ao equilíbrio fiscal do Estado, a Tabela 3 do Anexo Técnico apresenta as informações sobre o endividamento e comprometimento das Receitas do Estado no período de 2014 a 2016, destacando-se que a Dívida Consolidada de Rondônia regrediu de 72,5% em 2015 para 68,3% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2016, bem abaixo do limite definido pelo Senado Federal (200%) e com uma trajetória de redução. Da mesma forma, o comprometimento da RCL com despesas de pessoal encontra-se abaixo do limite prudencial, tanto para as despesas do Poder Executivo (41,7%), quanto para o conjunto das despesas de pessoal de todos os Poderes (52,8%), denotando o enquadramento do Estado nos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Quanto ao Resultado Primário, a Tabela 4 do Anexo Técnico demonstra que, no triênio 2014 a 2016, o Estado apresentou déficit de R\$25 milhões e 236 milhões, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, seguido de superávit de 255 milhões no ano de 2016. Em 2014, a receita bruta, em termos nominais, teve um incremento de 12,2% em relação a 2013, enquanto as despesas não financeiras evidenciaram crescimento nominal de 3,89%. Observou-se, ainda, um incremento de 18,6% nas despesas com transferências aos municípios. Em 2015, diante de um cenário de crise econômica nacional, o Estado de Rondônia apresentou um crescimento nominal na receita bruta de R\$ 323 milhões de reais, representando um incremento de 5,0% em relação ao ano de 2014. Contudo, tal incremento não foi suficiente para fazer frente a um crescimento de 6,1% nas transferências a municípios e de 8,7% nas despesas não financeiras. Já no Ano de 2016, houve um crescimento de 9,7% da receita bruta e baixo incremento das despesas, o que permitiu ao Estado um superávit primário equivalente a 3,5% da receita.

B.2 Desempenho da Receita

Quanto à composição da receita, a Tabela 5 do Anexo Técnico registra a evolução no período de 2013 a 2016, destacando-se o crescimento nominal acumulado da receita bruta equivalente a 29,3%, equivalente à variação acumulada do IGP-DI/FGV, neste período.

Em 2016, o Estado registrou R\$ 7.377 milhões em receita bruta. A arrecadação do ICMS, principal componente das receitas de arrecadação própria, apresentou aumento considerável em 2014, de 12,10% em relação a 2013, alcançando R\$ 2.993 milhões. Em 2015, a arrecadação do ICMS registrou incremento de 5,15% em relação ao período anterior, onde alcançou 3.147 milhões. Em 2016, o Estado apresentou uma queda de 0,4% na arrecadação de ICMS, que refletiu em uma frustração de 13 milhões de reais em relação ao mesmo período de 2015.

A Receita Líquida Real vem aumentando em 2014, 2015 e 2016, em R\$ 473 e R\$ 264 milhões e 561 milhões respectivamente. Tais incrementos representam variação nominal de 11,09%, 5,57% e 11,21% respectivamente. Também vem apresentando crescimento no último triênio, atingindo nominalmente o crescimento de R\$ 648 milhões no último ano, conforme demonstrado na Tabela 6 do Anexo Técnico.

Desempenho da Despesa

No último triênio as despesas não financeiras cresceram a preços correntes 4% e 8,7%, respectivamente, nos anos de 2014 e 2015, enquanto em 2016, o Estado aumentou em apenas 2,6% as despesas não financeiras em comparativo ao ano anterior, conforme evidenciado na Tabela 7 do Anexo Técnico.

Em 2014, o crescimento da folha, que foi na ordem de 7,9%, refletiu a política de ajuste e adequação da relação entre Receita Corrente Líquida e despesas de pessoal. Em 2015, o reajuste foi de 7,5% dentro da mesma relação e em 2016 atingiu 5,3% em aumento.

Os índices apurados da despesa de pessoal versus a receita corrente líquida (RCL) são 55,14%, 56,08% e 53,2%, referente aos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente, fazendo com que a Meta 3 do Programa de Ajuste Fiscal que trata da relação Despesas com pessoal/RCL fosse cumprida. Esses dados serão analisados na seção Ajuste Fiscal, adiante.

As outras despesas correntes e de capital (OCC) apresentaram os montantes de 2.483 milhões, 2.732 milhões e 2.715 em 2014, 2015 e 2016, respectivamente

Relação Dívida Financeira x RLR

Em 2014, o estoque da dívida apresentou uma diminuição de 10,88%, em relação ao ano anterior. Em 2015 voltou a aumentar em 8,51% e em 2016 apresentou um saldo de R\$ 3.171 milhões e um crescimento de 13,6% conforme é demonstrado na Tabela 8 do Anexo Técnico.

A relação Dívida Financeira x Receita Líquida Real, com valores a preços correntes, alcançou: 0,50 em 2014, 0,50 em 2015 e 0,53 em 2016, atingindo, dessa forma, a Meta 1 do Programa de Ajuste Fiscal, que trata da relação Dívida Financeira/RLR.

Em 2014, 2015 e 2016 os investimentos foram de R\$ 533 milhões, R\$ 539 milhões e 521 milhões. A Meta 6 do Programa de Ajuste Fiscal que trata da relação Despesas com Investimentos/RLR será analisada na seção Ajuste Fiscal, adiante.

Quanto à relação entre outras despesas correntes e a receita líquida real, tem-se que em 2014 esse índice atingiu 36,06%, em 2015 alcançou 40,15% e em 2016 atingiu 36,87%.

Ajuste fiscal



O estabelecimento de metas fiscais, por meio do Programa de Ajuste Fiscal, tem sido, nos últimos anos, um dos instrumentos norteadores da administração pública estadual, que visa manter não só o equilíbrio das contas estaduais, mas também possibilitar a manutenção de um certo nível de investimentos, principalmente em infraestrutura econômica e social, capaz de proporcionar o contínuo desenvolvimento do Estado de Rondônia. Com a assinatura, em 1998, do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção e Refinanciamento das Dívidas foi firmado, oficialmente, pelo Governo do Estado junto à União, o cumprimento de metas e compromissos por meio do PAF, para o período de 30 anos, com vistas ao alcance do equilíbrio fiscal.

Em 2015, mesmo em cenário de crise nacional, o Estado de Rondônia apresentou um crescimento nominal na receita bruta de R\$ 323 milhões de reais, representando um incremento de 5,05% em relação ao ano de 2014. As Transferências aos municípios apresentaram um crescimento nominal de R\$ 53 milhões de reais, representando um aumento de 6,07% em relação ao mesmo período, as despesas não financeiras também apresentaram crescimento nominal de R\$ 507 milhões, representando 9,13% em relação ao mesmo período. O Estado de Rondônia, com esses resultados, apresentou um resultado primário deficitário de R\$ 236 milhões, quando a meta era deficitária em 94 milhões.

Em 2016, o Estado tinha como meta um resultado deficitário de R\$ 193, milhões de reais, e um cenário com perspectivas difíceis para cumprimento das metas no ano. O Estado, iniciou um trabalho árduo com intuito de cumprir as metas em 2016, e tomou como uma das principais medidas a publicação do Decreto de encerramento de nº 21.300, o qual dispõe sobre as atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais de encerramento do exercício em curso das Administrações Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual de Rondônia. Com isso fechamos o exercício de 2016 com um superávit Financeiro de R\$ 255 milhões, isso significa um aumento nominal de R\$ 492 milhões de reais e percentual de 208%, em relação a 2015.

No que tange às metas previstas no Programa de Ajuste Fiscal (PAF), em 2016 Rondônia cumpriu integralmente as metas relativas a:

a)Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real (RLR): A meta pactuada com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) era de uma relação igual ou inferior a 1,0. A RLR realizada em 2016 foi de R\$ 5.562 milhões, frente a um saldo de dívida financeira de R\$ 2.971 milhões, alcançando-se, portanto, uma proporção de 0,53 da RLR, sem nenhuma pendência relativa ao serviço da dívida.

b)Resultado Primário: diante de uma meta de déficit primária não inferior a

R\$ 193 milhões, o resultado alcançado foi de um superávit primário de R\$ 255 milhões, resultante de um maior esforço fiscal e ajustes no controle das despesas.

c)Despesas com Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL): A meta equivalia à observância do limite máximo previsto no art. 20 da LRF, que é de 60% da RCL. Em 2016, Rondônia comprometeu 53% de sua RCL com despesas de pessoal nos três poderes.

d)Reforma do Estado, ajuste patrimonial e alienação de ativos: O Estado pactuou com a STN a adoção das seguintes medidas:

- Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 39,45% em 2016;
- Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias de Finanças, Planejamento, Administração e Controladoria Geral do Estado;
- Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SICONFI, de acordo com os normativos vigentes;
- Encaminhar à STN, até 31 de maio de cada ano, relatório da execução do Programa relativo ao exercício anterior;
- Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado;
- Instituir no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Finanças, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado de Rondônia.

Todas essas medidas foram adotadas e estão sendo mantidas adequadamente, conforme pactuado.



Com relação à arrecadação própria, o Estado pactuou a meta de arrecadar em 2016 o montante de R\$ 3.990 milhões. O valor realizado, contudo, foi de R\$ 3.989,3 milhões, ficando assim, cerca de R\$ 700 mil ou 0,02% abaixo da meta. Tal resultado não comprometeu o equilíbrio fiscal do Estado, uma vez que houve contenção de despesas e as receitas de transferência, previstas em R\$ 3.004 milhões, alcançaram o patamar de R\$ R\$ 3.387 milhões.

C. Projeções Fiscais

No triênio 2017-2018, os resultados primários estimados, constantes da Tabela 10 do Anexo Técnico, refletem a busca de superação e combate à crise econômica instaurada nacionalmente, com previsões superavitárias de R\$ 354, R\$ 406 e R\$ 424 milhões, respectivamente. Para o ano de 2017, o superávit estimado de R\$ 354 milhões deverá ser obtido a partir da implementação de medidas de contenção das despesas não financeiras, posto que não estão previstos incrementos de receitas de arrecadação própria ou das transferências intergovernamentais, em razão da crise econômica que se propaga no país.

Conforme estimado na Tabela 11 do Anexo Técnico, em 2017, a expectativa é que a receita bruta não registre crescimento e volte a crescer em 2018 e 2019 na casa de 3% ao ano, elevando-se para R\$ 7.631 milhões em 2018 e R\$ 7.860 milhões em 2019, como resultante de um incremento maior da arrecadação de ICMS, com base na retomada do crescimento econômico e aumento da eficiência fiscal decorrente dos investimentos realizados por meio do Programa de Modernização da Gestão Fiscal.

Para 2017 está previsto aumento da despesa de pessoal em 4,5%, atingindo um montante de R\$ 3.612 milhões. Estima-se que a relação Despesa de Pessoal/Receita Corrente Líquida registre em média 56,0%, no triênio seguinte 2017-2019, dentro dos limites legais. Quanto às despesas de capital, o Estado continuará promovendo seu programa de infraestrutura, realizando despesas de investimentos em obras públicas na casa de 9,5% da receita corrente líquida, para o período 2017-2019. Estima-se que as outras despesas correntes alcançarão valores em torno de 2.000 milhões no período 2017-2019, o que equivale a 36% da Receita Corrente Líquida.

D. Avanços e resultados alcançados com o PROFISCO I

No período de 2012 a 2016, foram observados grandes avanços na gestão fiscal do Estado de Rondônia, financiado em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO. Alguns dos expressivos resultados alcançados, são destacados a seguir:

(i) Redução do custo da administração fazendária em relação à arrecadação própria. O custo da administração fazendária reduziu em relação à arrecadação própria, principalmente devido à investimentos que visavam à modernização dos Sistemas Corporativos da SEFIN, em especial da Receita.

(ii) Redução do tempo médio de auditoria nas empresas. A implantação do modelo de auditor eletrônico nacional apoiado por ferramentas informatizadas para priorização da ação fiscal e cruzamento de dados (malhas fiscais).

(iii) Incremento do nível da arrecadação do ICMS. O valor do ICMS arrecadado passou de R\$ 2,6 bilhões em 2012 para R\$ 3,1 bilhões em 2016. Esse resultado decorreu, principalmente, das seguintes ações implementadas: (1) Cadastro de contribuintes na Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM); (2) Utilização de dados do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); Implantação dos projetos do SPED - Nota fiscal eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD).

(iv) Redução do tempo médio de concessão de inscrições Estaduais. Essa melhoria ocorreu com a implantação da REDESIM em parceria com a Junta Comercial de Rondônia em todos os municípios do Estado que reduziu o tempo médio de concessão de inscrições estaduais de 60 dias em 2010 para 60 minutos em 2016.

E. Diagnóstico

Em que pese os avanços alcançados pelo PROFISCO I, ainda é preciso avançar no fortalecimento da gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS) dos estados, os dirigentes e técnicos do Governo do Estado de Rondônia identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:



E.1 Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

A gestão da Secretaria de Finanças de Rondônia apresenta deficiência no processo decisório principalmente por não incorporar o uso de dados estruturados que permita a avaliação da eficácia e efetividade e os riscos da gestão fiscal e não dispor de indicadores para verificar o cumprimento dos objetivos estratégicos. Por sua vez, o processo de planejamento estratégico, ainda se encontra em fase de implantação e portanto, não se consolidou com um instrumento de priorização de projetos.

A gestão de pessoas apresenta um desempenho abaixo dos níveis desejados, devido ao baixo alinhamento com o direcionamento estratégico da SEFIN e a deficiência do processo de alocação de pessoal, por não utilizar critérios claros e sistematizados para atender às necessidades das áreas. As ações de capacitação, por sua vez, estão dissociadas das competências institucionais e individuais e não possuem indicadores para avaliar seu impacto na aprendizagem dos servidores e no desenvolvimento da SEFIN.

A gestão de Tecnologia da Informação, apesar dos investimentos no seu direcionamento estratégico ainda apresenta deficiência quanto falta de diretrizes para a terceirização de serviços e administração de terceirizados, para gestão do portfólio de seus projetos e serviços, além de ferramentas para tratamento de grandes volumes de dados.

Os processos de aquisições e contratações estaduais apresentam baixa eficiência e atuam sob demanda e sem alinhamento com as prioridades dos órgãos. Além disso, não adotam procedimentos padronizados para elaboração do orçamento anual, seleção de fornecedores e gestão dos contratos e não são apoiados por um sistema informatizado.

A comunicação ao cidadão não é suficientemente atraente e compreensível para todos os tipos de público e não utiliza-se de mecanismos que permitam maior participação e controle social. Ainda, em que pese os avanços do Programa de Educação Fiscal, o modelo adotado denota baixo retorno de estímulo ao exercício da cidadania fiscal.

E.2 Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Na realização das atribuições da política tributária, evidencia-se um baixo retorno financeiro da concessão dos benefícios fiscais e deficiência nos mecanismos de avaliação, uma vez que apenas o retorno econômico concedido por meio da política de incentivos tributários (PIT) é apurado.

A SEFIN apresenta baixa efetividade e intempestividade da ação fiscal, em especial pela ausência de critérios para sua execução e priorização inadequada de malhas. Ainda, um dos seus principais sistemas, o Sistema Integrado de Tributação, Arrecadação e Fiscalização Estadual de Administração Tributária (SITAFE), apresenta sinais de obsolescência e baixa integração com outros órgãos do Estado, como Secretaria de Planejamento, Tribunal de Contas do Estado, entre outros.

O Contencioso Administrativo Judicial realiza a seleção manual dos processos para julgamento que é uma das principais razões do elevado estoque de processos aguardando julgamento. Além disso, o Processo Administrativo Tributário (PAT) está formalizado em meio físico, com excesso de autos lavrados frente ao número reduzido de julgadores.

Os serviços de atendimento e de relacionamento com o contribuinte ainda possuem deficiências por prestar orientações divergentes e imprecisas, além de não dispor de ferramenta de consulta à legislação, acarretando demora no atendimento e insatisfação por parte do contribuinte. Por sua vez, a prestação do serviço não é formalmente avaliada pelo contribuinte e não há indicadores de resultados para avaliação dos serviços pela SEFIN.

A gestão da cobrança administrativa apresenta baixa efetividade de suas ações, em especial pela falta de definição de perfis de contribuintes e de critérios para concessão de parcelamento com base nessa segmentação e na avaliação de riscos dos contribuintes. O processo de cobrança administrativa não é automatizado e não permite o acompanhamento eletrônico dos prazos legais nem a emissão eletrônica das decisões, assim como da contestação por parte do contribuinte.

E.3 Administração Financeira e Gasto Público



O planejamento e a execução orçamentária estadual demonstraram deficiências na elaboração do planejamento da administração pública e no acompanhamento da sua execução. Esta ineficiência é caracterizada pela falta de alinhamento das ações planejadas pelas unidades gestoras com o orçamento disponibilizado quando a assunção de despesas orçamentárias não acompanha a efetiva entrada de recursos. Ainda, não dispõe de uma carteira de iniciativas de investimento, permanentemente atualizada, individualizando as necessidades e oportunidades de sistemas integrados de planejamento, acompanhamento da execução, orçamento, financeiro, contabilidade.

A ineficiência da programação orçamentária e financeira está caracterizada pela inexistência de métodos efetivos de previsão da arrecadação e da liberação de cotas em descompasso com a execução orçamentária das despesas que são empenhadas em valor acima do que, de fato, será realizado, a fim de assegurar orçamento. Do ponto de vista institucional, as funções de gestão financeira e orçamentária não estão previstas formalmente na estrutura organizacional da SEFIN e o Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios (SIAFEM) não está atendendo as necessidades de ampliação de funcionalidades e integração com outros sistemas corporativos. A gestão contábil não está atendendo às NBCASP no que se refere ao controle patrimonial, mormente pela ausência de informações atualizadas do imobilizado para fins de contabilidade patrimonial, além da falta de integração do sistema financeiro da SEFIN com o Sistema de Patrimônio do Estado.

A gestão da Dívida Pública apresenta fragilidade no acompanhamento tempestivo da dívida pública estadual, com baixo controle dos desembolsos financeiros e atualização das previsões que são feitos sem de metodologia e instrumentos para elaboração de cenários de financiamentos, além de não dispor de suporte de sistema informatizado. Os custos e benefícios efetivos da operação não são analisados antes da negociação e não são estabelecidos os procedimentos para contratação de acordo com as metas fiscais.

A tomada de decisão para controle do gasto público não está baseada na apuração dos custos em razão de a administração estadual ainda não ter introduzido a gestão de custos públicos, atuando, dessa maneira sem normativos para disciplinar seu gerenciamento.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados, selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

A. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

Produto 1.1. Governança Pública da Gestão Fiscal Aperfeiçoada, contemplando: (i) a consolidação do Plano Estratégico da SEFIN/RO com monitoramento e avaliação das metas e indicadores pactuados no contrato de gestão; (ii) implantação de Escritório de

Processos, com inventário dos processos críticos, ferramentas e metodologia de processos, metodologia de monitoramento e operação assistida dos processos prioritários; (iii) implantação do Escritório de Projetos com implantação de modelo de governança de gestão de projetos e da sistemática de monitoramento e avaliação; e (iv) fortalecimento do controle interno estadual e da gestão fiscal com a implantação de análise de riscos institucionais dos processos críticos, com apoio de sistema de informações gerenciais e capacitação das equipes.

Produto 1.2. Gestão de Pessoas da SEFIN fortalecida, por meio da elaboração e implantação de um plano estratégico de gestão de pessoas alinhado ao direcionamento estratégico da SEFIN e do Estado e de um modelo de gestão por competências, com mapeamento das competências individuais para implantação da avaliação de desempenho e de um programa de capacitação continuado baseado em competências individuais, elaborado com base nas competências individuais e institucionais e com avaliação das ações do Programa.

Produto 1.3. Atendimento e da Gestão de TI da SEFIN aperfeiçoada, contemplando, entre outras, as seguintes atividades: (i) a revisão e atualização do Plano estratégico de tecnologia da informação (PDTI); (ii) a implantação de sistemática de monitoramento e avaliação do desempenho dos serviços e da infraestrutura de TI, incluindo análise de riscos; e (iii) ampliação da capacidade de processamento e análise de dados.

Produto 1.4. Modelo de aquisições aperfeiçoado, contemplando as seguintes atividades: (i) revisão e automação dos procedimentos de Compras e Contratações do Estado; e (ii) a elaboração do Plano Anual de Compras da SEFIN, com monitoramento e avaliação da satisfação dos clientes e dos resultados alcançados com os serviços prestados



Produto 1.5. Mecanismos de Transparência e Cidadania Fiscal aperfeiçoados, por meio da (i) melhoria da comunicação feita no Portal da Transparência e ampliação de modalidade de controle e participação social; (ii) e da avaliação do modelo atual das ações de educação fiscal; para definição novas propostas de cobertura e abordagem.

B.Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Produto 2.1. Formulação e Avaliação de Políticas Tributárias aperfeiçoado, por meio da implantação do monitoramento e avaliação dos resultados e impactos econômicos da implementação das políticas tributárias, de metodologia para apuração da brecha tributária de cumprimento administrativo e de sistema de controle de benefícios fiscais.

Produto 2.2. Ação Fiscal modernizada, com a (i) institucionalização do processo de planejamento da fiscalização e arrecadação com metodologia de planejamento e monitoramento das metas e indicadores; (ii) integração de postos fiscais ao Brasil ID; (iii) implantação de mecanismos para tratamento de grandes volumes de dados dos documentos fiscais; (iv) desenvolvimento do Sistema de Tributação, Arrecadação e Fiscalização.

Produto 2.3. Processo Eletrônico do Contencioso implantado, inclusive com uso de solução de tecnologia que permita a participação remota de interessados nos julgamentos do Contencioso Administrativo.

Produto 2.4. Serviço de Atendimento aperfeiçoado, com revisão do modelo de atendimento presencial e de autoatendimento, ampliação de serviços disponíveis no Portal do Contribuinte sistemática de avaliação dos contribuintes quanto à qualidade dos serviços prestados.

Produto 2.5. Ações de cobrança fortalecidas com: (i) a revisão do modelo de cobrança prevendo a definição das réguas de cobrança, a definição do perfil de contribuintes e os roteiros de cobrança; (ii) instituição de mecanismos de débito automático em conta bancárias; (iv) critérios para concessão de parcelamento com base na segmentação e avaliação de riscos dos contribuintes.

C.Administração Financeira e Gasto Público

Produto 3.1. Modelo Integrado de Planejamento e Execução Orçamentária do Estado implantado, contemplando a integração das ações de planejamento e execução orçamentária, com metodologia de Planejamento e Execução Orçamentária para o Estado e de avaliação de impacto quanto à expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, ao gasto tributário e outros temas relacionados.

Produto 3.2. Gestão financeira fortalecida com a reestruturação da área do Tesouro estadual, a revisão da metodologia para elaboração da Programação e Execução Financeira (com controle das despesas, liberação das cotas financeiras, métodos de previsão da arrecadação, controle de fluxo de caixa, entre outras) e Capacitação da equipe e do desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado.

Produto 3.3. Controle da Dívida Pública melhorado com a implantação de modelo de avaliação de operações de crédito utilizando cenários de financiamentos e a instituição de normas e diretrizes estratégicas para gestão da dívida.

Produto 3.4. Gestão de custos públicos implantada por meio de metodologia para tratamento e análise dos principais custos por unidade e desenvolvimento de módulo de gestão de custos para implantação em unidade piloto da administração estadual e ampliação para as demais unidades centrais setoriais do Estado.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As Orientações Estratégicas de Governo são aderentes aos objetivos do Projeto e estão explicitadas tanto no Plano Estratégico Rondônia de Oportunidades 2016-2020 e no Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável - PDES, quanto no Plano Plurianual estadual (PPA 2016/2019) e na Lei de Orçamento Anual (LOA 2016), conforme segue: Programa: 1221 - EQUILÍBRIO FISCAL: Garantir o incremento da receita estadual de ICMS através do PROFISCO.



2. Projeto

2.1. Título

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Rondônia - PROFISCO II RO

2.2. Título Abreviado

PROFISCO II RO

2.3. Mutuário

Estado de Rondônia

2.4. Tipo Operacao

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal do Estado de Rondônia, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e do contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais.

São objetivos específicos:

- Melhorar o desempenho da gestão fazendária, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos resultados das políticas fiscais, por meio do aperfeiçoamento do modelo de governança, desenvolvimento de pessoas, alinhamento da tecnologia de informação disponível com as demandas da administração estadual e aprimoramento da transparência fiscal.

- Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias e a recuperação da dívida ativa.

- Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento financeiro, na convergência contábil, na racionalização e avaliação do gasto e na gestão de custos e da dívida pública.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Incremento do alcance de metas planejadas na área fiscal	Metas alcançadas / Metas planejadas nos contratos de gestão	%	21,00	80,00
Eficiência do Planejamento Fiscal	Cumprimento de Designações de Fiscalização: Quantidade de designações concluídas / Quantidade de designações emitidas	%	59,00	90,00
Avaliação da previsão de Receita	Valor total da receita realizada / valor total da receita estimada no orçamento original (exclui as transferências)	%	104,00	100,00
Índice de Maturidade na Gestão para Resultados	Apuração do nível de aderência às melhores práticas nos processos críticos de GpR, conforme metodologia MD-GEFIS (COGEF/ CONFAZ/PRODEV)	Escala (1 a 6)	1,00	5,00



Investimento em Capacitação	Orçamento de capacitação executado / orçamento total executado da SEFIN	%	0,12	0,25
Eficiência na Gestão do Portfólio de Projetos de TI	Projetos de TI implantados / Total de projetos de TI planejados no PDTI	%	85,00	95,00
Brecha de lançamento (assessment)	(Valor da Receita Potencial - Valor lançado) / Valor da Receita Potencial	%	1,79	0,50
Cumprimento de Obrigações Acessórias	Quantidade de contribuintes do ICMS omissos de declaração / Quantidade total de contribuintes do ICMS obrigados a declarar	%	43,00	10,00
Equilíbrio na Execução Orçamentária-Financeira	Valor total da despesa executada / valor total da receita realizada	%	71,03	85,00
Endividamento Líquido	Valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) / Valor da Receita Corrente Líquida (RCL)	%	50,06	36,28

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	14.941.500,00
P - Governança pública aperfeiçoada - 1 sistema informatizado para controle de metas do Plano Estratégico	954.000,00
P - Gestão de Pessoas da SEFIN fortalecida - 1 programa de capacitação continua para 784 servidores da SEFIN com competências individuais mapeadas	1.019.500,00
P - Gestão de TI da SEFIN aperfeiçoada - 1 ferramentas de monitoramento dos serviços de tecnologia da informação.	12.022.000,00
P - Modelo de aquisições aperfeiçoado - 1 Sistema informatizado de Compras para o Estado de Rondônia	806.000,00
P - Mecanismos de Transparência e Cidadania aperfeiçoados - 1 Portal da Transparência com linguagem acessível	140.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	9.066.500,00
P - Formulação e Avaliação de Políticas do Gasto Tributárias aperfeiçoada - 1 Sistema de controle de benefícios fiscais, com apuração de impactos dos benefícios do ICMS, IPVA e ITCD.	190.000,00
P - Ação Fiscal modernizada - 1 Sistema Integrado de Tributação, Arrecadação e Fiscalização	7.902.500,00
P - Processo Eletrônico do Contencioso implantado - 1 Solução de tecnologia que permita a participação remota de interessados nos julgamentos do Contencioso Administrativo	460.000,00
P - Serviço de Atendimento aperfeiçoado - 3 novos serviços implantados no Portal do Contribuinte	354.000,00
P - Ações de cobrança fortalecidas - 1 Modelo de Cobrança	160.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	6.395.000,00
P - Modelo Integrado de Planejamento e Execução Orçamentária do Estado - 1 Metodologia de Planejamento estadual	694.000,00
P - Gestão financeira e contábil fortalecida - 1 Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado	5.360.000,00
P - Gestão de custos públicos implantada - 1 Modelo de Custos no Estado.	195.000,00
P - Controle da Dívida Pública aperfeiçoado - 1 Modelo de avaliação de operações de crédito, com utilização de cenários de financiamentos	146.000,00
C - GESTÃO DO PROJETO	409.000,00
P - Monitoramento e avaliação	189.000,00
P - Auditoria - Prestação de contas auditadas	220.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL



Produto 1.1. Governança Pública da Gestão Fiscal Aperfeiçoada, contemplando: (i) a consolidação do Plano Estratégico da SEFIN/RO com monitoramento e avaliação das metas e indicadores pactuados no contrato de gestão; (ii) implantação de Escritório de Processos, com inventário dos processos críticos, ferramentas e metodologia de processos, metodologia de monitoramento e operação assistida dos processos prioritários; (iii) implantação do Escritório de Projetos com implantação de modelo de governança de gestão de projetos e da sistemática de monitoramento e avaliação; e (iv) fortalecimento do controle interno estadual e da gestão fiscal com a implantação de análise de riscos institucionais dos processos críticos, com apoio de sistema de informações gerenciais e capacitação das equipes.

Produto 1.2. Gestão de Pessoas da SEFIN fortalecida, por meio da elaboração e implantação de um plano estratégico de gestão de pessoas alinhado ao direcionamento estratégico da SEFIN e do Estado e de um modelo de gestão por competências, com mapeamento das competências individuais para implantação da avaliação de desempenho e de um programa de capacitação continuado baseado em competências individuais, elaborado com base nas competências individuais e institucionais e com avaliação das ações do Programa.

Produto 1.3. Atendimento e da Gestão de TI da SEFIN aperfeiçoada, contemplando, entre outras, as seguintes atividades: (i) a revisão e atualização do Plano estratégico de tecnologia da informação (PDTI); (ii) a implantação de sistemática de monitoramento e avaliação do desempenho dos serviços e da infraestrutura de TI, incluindo análise de riscos; e (iii) ampliação da capacidade de processamento e análise de dados.

Produto 1.4. Modelo de aquisições aperfeiçoado, contemplando as seguintes atividades: (i) revisão e automação dos procedimentos de Compras e Contratações do Estado; e (ii) a elaboração do Plano Anual de Compras da SEFIN, com monitoramento e avaliação da satisfação dos clientes e dos resultados alcançados com os serviços prestados

Produto 1.5. Mecanismos de Transparência e Cidadania Fiscal aperfeiçoados, por meio da (i) melhoria da comunicação feita no Portal da Transparência e ampliação de modalidade de controle e participação social; (ii) e da avaliação do modelo atual das ações de educação fiscal; para definição novas propostas de cobertura e abordagem.

P - Governança pública aperfeiçoada - 1 sistema informatizado para controle de metas do Plano Estratégico

Capacitação (USD 140.000.000), Serviços de consultoria (USD 544.000.000), e Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 70.000) e Serviços Não de consultoria (USD 200.000.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Gestão de Pessoas da SEFIN fortalecida - 1 programa de capacitação continua para 784 servidores da SEFIN com competências individuais mapeadas

Capacitação (USD 721.000.000), Serviços de consultoria (USD 263.500.000), e Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 35.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Gestão de TI da SEFIN aperfeiçoada - 1 ferramentas de monitoramento dos serviços de tecnologia da informação.

Capacitação (USD 680.000.000), Serviços de consultoria (USD 200.000.000) e Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 11.142.000,00). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Modelo de aquisições aperfeiçoado - 1 Sistema informatizado de Compras para o Estado de Rondônia

Serviços de consultoria (USD 106.000.000) e Serviços Não de consultoria (USD 700.000.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Mecanismos de Transparência e Cidadania aprefeiçoados - 1 Portal da Transparência com liguagem acessível

Capacitação (USD 50.000); Serviços de consultoria (USD 20.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional e Serviços Não de consultoria (USD 70.000.000). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados

C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL



Produto 2.1. Formulação e Avaliação de Políticas Tributárias aperfeiçoado, por meio da implantação do monitoramento e avaliação dos resultados e impactos econômicos da implementação das políticas tributárias, de metodologia para apuração da brecha tributária de cumprimento administrativo e de sistema de controle de benefícios fiscais.

Produto 2.2. Ação Fiscal modernizada, com a (i) institucionalização do processo de planejamento da fiscalização e arrecadação com metodologia de planejamento e monitoramento das metas e indicadores; (ii) integração de postos fiscais ao Brasil ID; (iii) implantação de mecanismos para tratamento de grandes volumes de dados dos documentos fiscais; (iv) desenvolvimento do Sistema de Tributação, Arrecadação e Fiscalização.

Produto 2.3. Processo Eletrônico do Contencioso implantado, inclusive com uso de solução de tecnologia que permita a participação remota de interessados nos julgamentos do Contencioso Administrativo.

Produto 2.4. Serviço de Atendimento aperfeiçoado, com revisão do modelo de atendimento presencial e de autoatendimento, ampliação de serviços disponíveis no Portal do Contribuinte sistemática de avaliação dos contribuintes quanto à qualidade dos serviços prestados

Produto 2.5. Ações de cobrança fortalecidas com: (i) a revisão do modelo de cobrança prevendo a definição das réguas de cobrança, a definição do perfil de contribuintes e os roteiros de cobrança; (ii) instituição de mecanismos de débito automático em conta bancárias; (iv) critérios para concessão de parcelamento com base na segmentação e avaliação de riscos dos contribuintes.

P - Formulação e Avaliação de Políticas do Gasto Tributárias aperfeiçoada - 1 Sistema de controle de benefícios fiscais, com apuração de impactos dos benefícios do ICMS, IPVA e ITCD.

Capacitação (USD 30.000.000), Serviços de consultoria e (USD 160.000.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Ação Fiscal modernizada - 1 Sistema Integrado de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

Capacitação (USD 55.000); Serviços de consultoria (USD 4.970.000,00); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 1.700.000.000), e Serviços Não de consultoria (USD 7.500,00) e Obras (USD 1.170.000,00). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

P - Processo Eletrônico do Contencioso implantado - 1 Solução de tecnologia que permita a participação remota de interessados nos julgamentos do Contencioso Administrativo

Capacitação (USD 50.000) e bens (USD 410.000.000). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

P - Serviço de Atendimento aperfeiçoado - 3 novos serviços implantados no Portal do Contribuinte

Capacitação (USD 80.000), Serviços de consultoria (USD 57.000,00); e Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 217.000.000). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

P - Ações de cobrança fortalecidas - 1 Modelo de Cobrança

Capacitação (USD 78.000), Serviços de consultoria (USD 68.000,00) e Serviços Não de consultoria (USD 14.000,00). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Produto 3.1. Modelo Integrado de Planejamento e Execução Orçamentária do Estado implantado, contemplando a integração das ações de planejamento e execução orçamentária, com metodologia de Planejamento e Execução Orçamentária para o Estado e de avaliação de impacto quanto à expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, ao gasto tributário e outros temas relacionados.

Produto 3.2. Gestão financeira fortalecida com a reestruturação da área do Tesouro estadual, a revisão da metodologia para elaboração da Programação e Execução Financeira (com controle das despesas, liberação das cotas financeiras, métodos de previsão da arrecadação, controle de fluxo de caixa, entre outras), Gestão Contábil dos Bens Patrimoniais, Capacitação da equipe e do desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado.

Produto 3.3. Controle da Dívida Pública melhorado com a implantação de modelo de avaliação de operações de crédito utilizando cenários de financiamentos e a instituição de normas e diretrizes estratégicas para gestão da dívida.

Produto 3.4. Gestão de custos públicos implantada por meio de metodologia para tratamento e análise dos principais custos por unidade e desenvolvimento de módulo de gestão de custos para implantação em unidade piloto da administração estadual e ampliação para as demais unidades centrais setoriais do Estado.

P - Modelo Integrado de Planejamento e Execução Orçamentária do Estado - 1 Metodologia de Planejamento estadual

Capacitação (USD 340.000) e Serviços de consultoria (USD 354.000,00). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados



P - Gestão financeira e contábil fortalecida - 1 Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado

Capacitação (USD 200.000) e Serviços de consultoria (USD 5.160.000,00). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

P - Gestão de custos públicos implantada - 1 Modelo de Custos no Estado.

Capacitação (USD 75.000) e Serviços de consultoria (USD 120.000,00). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

P - Controle da Dívida Pública aperfeiçoado - 1 Modelo de avaliação de operações de crédito, com utilização de cenários de financiamentos

Capacitação (USD 26.000), Serviços de consultoria (USD 20.000,00) e Serviços não de consultoria (USD 100.000,00). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

C - GESTÃO DO PROJETO

P - Monitoramento e avaliação

Capacitação (USD 96.000,00), Serviços de consultoria (USD 49.000,00) e Serviços de não consultoria (USD 44.000,00). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados.

P - Auditoria - Prestação de contas auditadas

Serviços que não são de consultoria (USD 220.000,00).

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Com relação às ações já realizadas ou em andamento e que constituem uma etapa preparatória ou preliminar para a execução do projeto ora apresentado, temos a destacar as contribuições existentes para a execução dos seguintes componentes/produtos:

I. Componente Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:

a) Governança Pública aperfeiçoada:

O Estado de Rondônia concluiu em outubro/2015 a elaboração de seu Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES), composto por 4 diretrizes de longo prazo, desdobradas em 28 programas e 157 projetos estratégicos, os quais que deverão orientar as ações de desenvolvimento regional no período de 2015 a 2030.

Posteriormente, em fevereiro/2016, o Governo do Estado definiu seu planejamento estratégico para o período de 2016 a 2020, consubstanciado no documento "Rondônia de Oportunidades", que define as estratégias de governo a serem executadas por meio de suas unidades setoriais.

Em 2017, a Secretaria de Estado de Finanças revisou também sua estratégia para o período de 2017 a 2020. Lançada em julho/2017, o Plano SEFIN 2020 incluiu a definição da Cadeia de Valor da Secretaria, o desenho de seu Mapa Estratégico e o estabelecimento de um modelo de Governança focado na Gestão para Resultados, preparando todas as unidades para alinhar suas ações com a estratégia, por meio de indicadores de desempenho e metas.

Tais avanços fornecem a base adequada para a consolidação do modelo de governança estratégica pretendida por meio do PROFISCO II RO, no qual se pretende transformar a cultura e o modelo de gestão da organização em todos os seus níveis.

b) Gestão de TI da SEFIN aperfeiçoada:

Por meio dos investimentos realizados com recursos do primeiro PROFISCO, a SEFIN elaborou seu primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cuja execução, concluída em 2017, permitiu o alinhamento tecnológico da infraestrutura de processamento e armazenamento de dados da Secretaria, viabilizando avanços importantes como a aquisição de novos servidores de grande porte e alta performance, a migração do Banco de Dados para uma plataforma relacional, bem como a elevação da segurança e disponibilidade das informações.



A realização dessa etapa, permitiu a SEFIN planejar para o período 2017-2020 o aprimoramento de seus sistemas de informação e da qualidade dos serviços prestados aos contribuintes e demais unidades setoriais do Estado, conforme objetivos pretendidos por meio do PROFISCO II, os quais incluem o redesenho dos dois principais sistemas corporativos da Secretaria (sistema integrado de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças e sistema de tributação, arrecadação e fiscalização).

c) Modelo de Aquisições Aperfeiçoado:

Visando a padronização de processos das atividades meio de todas as suas Secretarias, o governo do Estado de Rondônia iniciou em março/2017 a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que deverá ser concluída até agosto/2017. O SEI permitirá a tramitação digital de todos os processos de compras, além de outros processos transversais das unidades setoriais (folha de pagamento, diárias e convênios).

Tal padronização constitui uma importante etapa para a implantação do Sistema de Compras planejado no âmbito do projeto em apreço, que permitirá a integração do SEI com um catálogo de bens e serviços, bem como banco de preços integrado às base das Notas Fiscais Eletrônicas, juntamente com as demais funcionalidades que comporão o novo modelo de aquisições.

II. Componente: Administração Tributária e Contencioso Fiscal:

a) Redesenho de Processos:

Encontra-se em fase final o processo de seleção/contratação de consultoria especializada para a realização de redesenho dos principais processos finalísticos da Secretaria, o qual será realizado como forma de desdobramento da estratégia 2017-2020, recentemente elaborada.

Também está em fase de conclusão o edital de licitação (pregão eletrônico) para aquisição, customização e implantação de sistema de gestão de processos (BPM) que, juntamente com o redesenho de processos, servirá de importante insumo para a execução dos produtos previstos no componente II do Projeto ora analisado, no que se refere a implantação de novas metodologias ou sistemáticas relacionadas à formulação e avaliação de políticas do gasto tributário, ação fiscal, contencioso, atendimento ao contribuinte e ações de cobrança.

b) Sistemas de Inteligência Analítica:

Ainda com recursos do PROFISCO I, foi realizada a aquisição de sistemas de inteligência analítica (BI), os quais favorecerão a implantação das atividades de monitoramento e avaliação previstas nos produtos relativos ao Aperfeiçoamento da Formulação e Avaliação da Política do Gasto Tributário e Modernização da Ação Fiscal. A utilização desses sistemas será incorporada ao processo de descoberta de conhecimento em banco de dados da Secretaria, contribuindo para o alcance dos objetivos pretendidos no PROFISCO II.

III. Componente: Administração Financeira e Gasto Público:

a) Constituição de Grupo Técnico para Integração de Sistemas do Estado:

Por determinação do Governador do Estado, foi constituído Grupo Técnico, sob a direção da Casa Civil e com a participação das Secretarias de Finanças (SEFIN) e de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (DETIC), Controladoria Geral do Estado (CGE) e outras setoriais, com o objetivo de analisar e propor medidas para promover a integração dos sistemas de planejamento, orçamento, contabilidade, patrimônio, aquisições e de folha de pagamento do Estado. Por meio desse grupo deverão ser alinhadas as ações da SEFIN com as demais Secretarias envolvidas na Implantação do Modelo Integrado de Planejamento e Execução Orçamentária e no Fortalecimento da Gestão Financeira e Contábil do Estado, que constituem os produto 1 e 2 do componente de que se trata.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes



Estado de Rondônia ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado de Rondônia, elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para a população, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução do gastos e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.

Destaca-se, também, que o projeto beneficiará distintos órgãos da administração pública estadual tais como: (i) Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento (SEPOG), relativo ao aperfeiçoamento do modelo de planejamento e orçamento do estado, e da sistemática e dos sistemas de compras governamentais; e (ii) Controladoria Geral do Estado (CGE), relativamente ao aperfeiçoamento do sistema de auditoria e à reformulação do portal da transparência.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda de Referência: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	27.730.800,00	1,00	27.730.800,00
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	3.081.200,00	1,00	3.081.200,00
Total:			30.812.000,00		30.812.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado de Rondônia. O monitoramento e a avaliação do Projeto e dos seus resultados serão realizados pela unidade de coordenação no âmbito da Secretaria de Estado de Finanças.

As avaliações realizadas dos projetos encerrados do PROFISCO demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe do estado de Rondônia na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do Programa serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II RO, conforme segue: (i) capacitação continuada dos membros da unidade de coordenação, líderes de produtos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos do controle interno, nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados; (ii) utilização do sistema financeiro estadual para a execução financeira do Projeto (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM; (iii) utilização da Comissão Especial de Licitação, na SEFIN para atendimento ao PROFISCO; e (iv) instalação de escritório de projeto para gestão de portfólios e monitoramento de metas e indicadores do planejamento estratégico e do Projeto na SEFIN.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e ao Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (COMSEFAZ), em especial a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), permite a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimento operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

4.2. Execução/Executores

Executor: Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia Representante Oficial: Wagner Garcia de Freitas Endereço da Sede: Avenida Farquar, 2986 - Complexo Rio Madeira - Edf. Pacáas Novos, 5o. andar Telefone: 6932166100 CNPJ: 05.599.253/0001-47	Fax: UF: RO
--	----------------

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 Anos

4.4. Execução/Cronograma

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		TOTAL PLANEJADO
		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		
		BID	CF									
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	14.941.500,00	1.369.242,00	385.150,00	3.053.818,00	770.300,00	3.053.820,00	770.300,00	3.053.820,00	770.300,00	1.329.600,00	385.150,00	14.941.500,00
P - Governança pública aperfeiçoada - 1 sistema informatizado para controle de metas do Plano Estratégico	954.000,00	106.000,00		212.000,00		212.000,00		212.000,00		212.000,00		954.000,00
P - Gestão de Pessoas da SEFIN fortalecida - 1 programa de capacitação continua para 784 servidores da SEFIN com competências individuais mapeadas	1.019.500,00	145.642,00		291.286,00		291.286,00		291.286,00				1.019.500,00
P - Gestão de TI da SEFIN aperfeiçoada - 1 ferramentas de monitoramento dos serviços de tecnologia da informação.	12.022.000,00	1.117.600,00	385.150,00	2.235.200,00	770.300,00	2.235.200,00	770.300,00	2.235.200,00	770.300,00	1.117.600,00	385.150,00	12.022.000,00
P - Modelo de aquisições aperfeiçoado - 1 Sistema informatizado de Compras para o Estado de Rondônia	806.000,00			268.666,00		268.667,00		268.667,00				806.000,00



P - Mecanismos de Transparência e Cidadania aperfeiçoados - 1 Portal da Transparência com ligação acessível	140.000,00		46.666,00	46.667,00	46.667,00				140.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	9.066.500,00	1.141.145,00	2.607.626,00	2.300.958,00	2.028.958,00		987.813,00		9.066.500,00
P - Formulação e Avaliação de Políticas do Gasto Tributárias aperfeiçoada - 1 Sistema de controle de benefícios fiscais, com apuração de impactos dos benefícios do ICMS, IPVA e ITCD.	190.000,00		95.000,00	95.000,00					190.000,00
P - Ação Fiscal modernizada - 1 Sistema Integrado de Tributação, Arrecadação e Fiscalização	7.902.500,00	987.812,00	1.975.625,00	1.975.625,00	1.975.625,00		987.813,00		7.902.500,00
P - Processo Eletrônico do Contencioso implantado - 1 Solução de tecnologia que permita a participação remota de interessados nos julgamentos do Contencioso Administrativo	460.000,00	153.333,00	306.667,00						460.000,00
P - Serviço de Atendimento aperfeiçoado - 3 novos serviços implantados no Portal do Contribuinte	354.000,00		177.000,00	177.000,00					354.000,00
P - Ações de cobrança fortalecidas - 1 Modelo de Cobrança	160.000,00		53.334,00	53.333,00	53.333,00				160.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	6.395.000,00	1.224.167,00	2.476.191,00	2.467.547,00	171.381,00		55.714,00		6.395.000,00
P - Modelo Integrado de Planejamento e Execução Orçamentária do Estado - 1 Metodologia de Planejamento estadual	694.000,00	115.667,00	231.333,00	231.333,00	115.667,00				694.000,00
P - Gestão financeira e contábil fortalecida - 1 Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado	5.360.000,00	1.072.000,00	2.144.000,00	2.144.000,00					5.360.000,00
P - Gestão de custos públicos implantada - 1 Modelo de Custos no Estado.	195.000,00		27.858,00	55.714,00	55.714,00		55.714,00		195.000,00
P - Controle da Dívida Pública aperfeiçoado - 1 Modelo de avaliação de operações de crédito, com utilização de cenários de financiamentos	146.000,00	36.500,00	73.000,00	36.500,00					146.000,00
C - GESTÃO DO PROJETO	409.000,00	81.800,00	81.800,00	81.800,00	81.800,00		81.800,00		409.000,00
P - Monitoramento e avaliação	189.000,00	37.800,00	37.800,00	37.800,00	37.800,00		37.800,00		189.000,00
P - Auditoria - Prestação de contas auditadas	220.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00		44.000,00		220.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

5.8. Execução/Contatos

CPF: 037.338.311-87
Nome: CONFÚCIO AIRES MOURA
Orgão: GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Estado: Estado de Rondônia
Endereço: AV. FARQUAR, 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA, ED. RIO PACAÁS NOVOS, 9º ANDAR - Bairro Pedrinhas
CEP: 00000-000
Cargo: Governador do Estado
Telefone: 6932165024
Celular: 69999214082
Município: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
E-mail: confuciomoura@gmail.com
Fax: 6932165207
Tipo: Titular

CPF: 321.408.271-04
Nome: WAGNER GARCIA DE FREITAS
Orgão: Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia
Estado: Estado de Rondônia
Endereço: Av. Farquar, 2986 - Complexo Rio Madeira - Edifício Pacaás Novos, 5º Andar - Bairro Pedrinhas
CEP: 76801-470
Cargo: Secretário de Estado de Finanças
Telefone: 6932116100
Celular: 69999840018
Município: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
E-mail: freitas.wagg@gmail.com
Fax:
Tipo: Substituto

CPF: 192.189.402-44
Nome: LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA
Orgão: Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia
Estado: Estado de Rondônia
Endereço: Av. Farquar, 2986 - Complexo Rio Madeira - Edifício Pacaás Novos, 5º Andar - Bairro Pedrinhas
CEP: 76801-470
Cargo: Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Projetos
Telefone: 6932116100
Celular: 69984026943
Município: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
E-mail: lfernando@sefin.ro.gov.br
Fax:
Tipo: Técnico